



RELATÓRIO ANUAL | 2018



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2018

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Sociedade Realtransfer – Instituição de Pagamento, S.A., com sede social na Praça Marquês de Pombal, nº 1, Galerias, Loja J, em Lisboa, com o capital social de Euros 600.000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número pessoa colectiva 508012015, apresenta o Relatório de Gestão referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2018.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2018 assistiu-se a uma ligeira melhoria do PIB mundial, 3,9% contra 2,7% em 2017.

O PIB da zona Euro sofreu uma contração para 1,8% (contra 2,5% em 2017) e em Portugal atingiu o valor de 2,1%.

Quanto ao valor da inflação, Portugal teve um abrandamento relativamente à Zona euro que atingiu 1,9% contra 1% no nosso País. Tal ficou a dever-se, entre outros fatores, a:

- Desaceleração do crescimento da Economia Europeia;
- Desaceleração no Investimento: – 30% do que no ano de 2017;
- O consumo privado manteve-se ao nível de 2017;
- Abrandamento no crescimento das exportações (crescimento de 5,3% contra cerca de 10% em 2017).

O desemprego continuou a baixar, atingindo os 6,6% em 2018 (abaixo da média europeia que é de 6,7%).

A saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo e a melhoria generalizada do rating do País junto de todas as Agências, provocaram uma melhoria em 6% na Dívida Pública que se situou em 121,5% pese embora os juros (e não obstante a queda do preço pago pela república) tenha crescido 3,8%.

Relativamente ao mercado financeiro, os juros continuaram a sua trajectória de suave queda.

O euro continuou a depreciar-se face ao USD.



2. DA EMPRESA

A empresa continuou a assistir ao condicionamento da sua actividade fundamentalmente devido ao brutal abrandamento da Economia Angolana, que em 2018 contraiu cerca de 1,7%, acentuando-se os 0,2% negativos em 2017.

A taxa de inflação situou-se em 18,6%. Como consequência, a recessão da economia agravou-se. Para o ano de 2019 já se prevê uma ligeira melhoria.

Por estas razões, as transações neste corredor caíram quase para zero.

O corredor Brasil mantém-se numa tendência de subida continuando a verificar-se um bom crescimento.

Na actividade cambial global, apesar de todas as dificuldades que já referimos da Economia Angolana, assistimos a um aumento de 26%.

Sucursais no exterior

Preparámos as condições para iniciarmos a nossa operação em França. Já quanto a Espanha, estamos dependentes da autorização do Banco de Portugal.

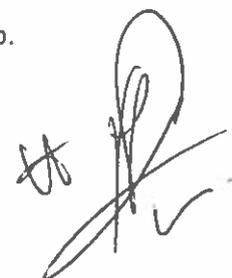
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O comportamento da actividade da empresa apresenta-se misto dado que, se por um lado, tivemos forte crescimento nos Proveitos gerados pela margem cambial, +25,7% (de 2.600.029 em 2017 para 3.270.558 em 2018). No que respeita às comissões, isso tem que ver com a redução do negócio com agentes e correspondentes, estas caíram 80,7% (de 815.666 em 2017 para 157.180 em 2018).

Em consequência, o Produto Bancário teve uma variação positiva de +5,7% (2.560.465 em 2017 para 2.707.112 em 2018).

No que diz respeito aos custos, de salientar:

- Aumento dos custos de pessoal em 369.643 (+24%) em virtude da transferência de pessoal e indemnizações por saídas da empresa.
- Os Custos Gerais Administrativos tiveram um ligeiríssimo aumento de 33.385 (+2,8%).
- De referir ainda que, durante o ano de 2018 ocorreu um aumento significativo das dívidas de empresas do Grupo, que representavam, no final do exercício, 33% do activo.
- Tal situação teve um carácter absolutamente excepcional e transitório em razão de circunstâncias específicas da vida do Grupo que se verificaram durante o referido ano, perspectivando-se a respectiva redução, igualmente significativa, no exercício em curso.



A RealTransfer, SA realiza todas as atividades necessárias para garantir o planeamento e o controlo de gestão da empresa em matéria de gestão de riscos financeiros, nomeadamente a elaboração dos planos de atividade, a escolha de objetivos e a apresentação dos relatórios de atividades. Desta forma é possível sistematizar métodos e otimizar os recursos, bem como certificar todas as informações relevantes sobre o património, permitindo obter um conhecimento realista da situação económica e financeira da Instituição. É ainda possível avaliar e controlar (informação dinâmica, comparativa, orientadora) o desempenho da empresa nas suas diversas vertentes: humana, financeira, operacional e comercial, visando assegurar a execução da estratégia através da comparação dos resultados com os objetivos estratégicos, assegurar a regularidade fiscal e demonstrá-la junto dos órgãos de administração e de fiscalização e assim contribuir para o fortalecimento do Sistema de Controlo Interno da Instituição como um todo, com especial incidência no Sistema de Gestão de Riscos implementado nos termos da definição contida no Art.º11 do Aviso nº.5/2008 do Banco de Portugal, de 25/06/2008, com especial relevância para o "Risco de Taxa de Câmbio", o "Risco Operacional", o "Risco dos Sistemas de Informação, o "Risco de Estratégia" e o "Risco de Reputação", "Risco de Mercado" e "Risco de Liquidez".

O controlo do risco é efectuado com base nos processos desencadeados por toda a área financeira da RealTransfer, SA, incluindo os processos de elaboração de Pricing (que inclui a análise dos mercados cambiais), gestão da liquidez (através da elaboração de mapas de controlo de liquidez), elaboração de mapas de Research Macroeconómico (através da recolha de dados Macroeconómicos dos principais mercados). De toda a análise efectuada resulta assim uma hierarquização dos riscos materialmente relevantes, dando prioridade a todos os processos que envolvam maior risco.

Todo o controlo efectuado tem como objectivo a mitigação do risco no seu todo, sendo que sempre que um processo a desencadear possa representar uma probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no Capital, esse processo é analisado individualmente e são tomadas as medidas tidas como necessárias para a mitigação desse mesmo risco.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized initial 'A' followed by a large, flowing signature.

4. PERSPECTIVAS - ANO DE 2019

Não obstante as indefinições provocadas pela instabilidade acionista do Grupo a que fazemos parte, vamos continuar, em 2019, a apostar forte no corredor Brasil. Simultaneamente, esperamos que o corredor de Angola venha a encetar numa ligeira recuperação.

Vamos ainda apostar em novos negócios que sejam complementares com os nossos e que nos tragam proveitos.

Vamos apostar na consolidação da nossa empresa, apostando na formação de Quadros e na redução de custos.

Estamos em crer que, após 3 anos de perdas significativas, o ano de 2019 vai corresponder a uma viragem.

Não existem factores relevantes após o termo do exercício, sendo o único factor a salientar que transita do ano anterior o MBO que quadros da empresa estão a fazer ao nosso acionista Ultra SGPS e que ainda não se concretizou. Tudo leva a crer que se efecturá durante o ano em curso.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas, reunidos em Assembleia Geral:

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão;
- Que sejam aprovadas as Contas e o Balanço referentes ao exercício de 2018;
- Que os resultados do exercício, com impostos incluídos, no montante negativo de 378.067,56 (trezentos e setenta e oito mil sessenta e sete euros e cinquenta e seis cêntimos) sejam levados a resultados transitados.

6. RECONHECIMENTO

O Conselho de Administração quer manifestar o seu reconhecimento a todos os que no decurso deste exercício económico apoiaram a empresa e com ela colaboraram particularmente:

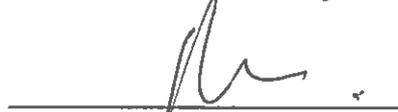
- À Caixa Económica Montepio Geral pelo apoio continuamente demonstrado como nosso parceiro de negócio;
- Ao acionista Casa Campião, pelo carinho, apreço e disponibilidade sempre demonstrados;
- Ao acionista Ultra SGPS pelo apoio, suporte e esforço nunca regateados;



- Ao escritório de advogados RSA, na pessoa do Dr. Raposo Subtil e Dr. Camarate Campos, pelo apoio constante e permanente sempre dado à nossa empresa;
- À Drª Maria José Pimenta, ROC da nossa empresa, pela forma cuidada, profissional e colaborativa com que sempre nos acompanhou;
- Aos Parceiros e Correspondentes nos diversos países;
- Aos colaboradores da Sociedade pelo esforço e leal desempenho demonstrados;
- Aos restantes Orgãos Sociais pela disponibilidade sempre revelada;
- Aos Bancos Centrais dos países onde desenvolvemos a nossa actividade, especialmente ao Banco de Portugal pela permanente disponibilidade e abertura no apoio à resolução das nossas dúvidas e interrogações.

Lisboa, 3 de Maio de 2019

O Conselho de Administração



Pedro Mascarenhas Santos



António Maria Belchior



Vasco de Mello

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Demonstração de Resultados 31 de dezembro de 2018	NOTAS	Actividade Global	
			2018	2017
70 - 80 - 8120	Juros e rendimentos similares	15	7.318,53 €	8.009,87 €
66 - 67 - 6670	Juros e encargos similares	15	64,45 €	1,66 €
	Margem financeira	15	7.254,08 €	8.008,21 €
82	Rendimentos de instrumentos de capital		- €	- €
81 8120	Rendimentos de serviços e comissões	16	157.180,55 €	815.666,38 €
68 6820	Encargos com serviços e comissões	16	713.137,06 €	824.803,86 €
692 693 695(1) 696(1) 698 - 912 - 915 - 935(1) - 936(1) - 936	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		- €	- €
694 - 634	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		- €	- €
690 - 830	Resultados de reavaliação cambial	17	3.270.558,27 €	2.600.029,14 €
691 697 699(1) 725(1) 726(1) - 831 - 837 - 839(1) - 840(1) - 841(1)	Resultados de alienação de outros activos		- €	- €
- 895(1) 896(1) 899(1) 899(1) 75 - 720 - 721 - 722 - 723 - 725(1) 726(1) 728 - 875(1) - 876(1) - 879(1) - 880 - 883(1) - 884(1) - 888	Outros resultados de exploração	18	22.568,86 €	30.426,13 €
	Produto bancário		2.692.032,90 €	2.560.465,53 €
70	Custos com pessoal	19	1.910.179,90 €	1.540.536,87 €
71	Gastos gerais administrativos	20	1.201.669,16 €	1.168.284,98 €
77	Amortização do exercício	21	45.957,23 €	54.625,41 €
781 - 783 - 784 - 785 - 786 - 788 881 881 884 885 886 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		- €	- €
78000 - 78001 - 78010 - 78011 - 7820 - 7821 - 7822 84000 88001 88010 88011 8820 8821 8822	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a reter de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		- €	- €
780 - 7820 - 7818 - 7821 - 7821 - 7822 - 7823 - 7824 - 7825 - 7830 - 7841 - 785 - 786 - 78002(1) - 78012(1) - 7821 - 7828(1) 870 8720 8716 8721 8722 8728 8724 8726 8730 8741 875 876 88002(1) 88012(1) 788 - 790(1) - 78002(1) - 78012(1) - 7828(1) 877 878 88002(1) 88012(1) 8828(1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	22	- €	78.439,44 €
	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		- €	- €
	Resultado antes de impostos		-458.519,31 €	116.534,08 €
	Impostos			
45	Correntes	8 e 23	13.058,73 €	11.572,63 €
14 86	Diferidos	9 e 23	93.510,48 €	- €
	Resultado líquido do exercício		-378.067,56 €	128.106,71 €

O Contabilista Certificado

Miguel Soares da Silva

A Administração

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de Ano do comparativo:

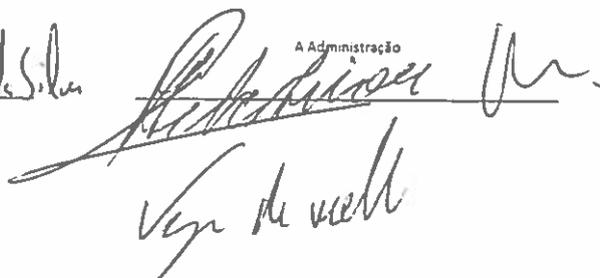
(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2017	1	600.000,00	612.908,25	3.256.672,23	2.526.958,25	-	(1.503.593,30)	5.492.945,43
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos								
Excedente de revalorização de activos								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
capital próprio					22.328,65			
	2				22.328,65			
Resultado Líquido do Período	3						(128.106,71)	
Resultado Integral	4=2+3						(105.778,06)	
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Gratificação de Balanço								
Distribuições - dividendos								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações - aplicação Res. Líquido ano anterior					(1.503.593,30)		1.503.593,30	
	5				(1.503.593,30)		1.503.593,30	
Posição no Fim do Período 2017	6=1+2+3+5	600.000,00	612.908,25	3.256.672,23	1.045.693,60		(128.106,71)	5.387.167,37
Posição no Início do Período 2018	1	600.000,00	612.908,25	3.256.672,23	1.045.693,60		(128.106,71)	5.387.167,37
Alterações no período								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos								
Excedente de revalorização de activos								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
capital próprio								
	2							
Resultado Líquido do Período	3						(378.067,56)	
Resultado Integral	4=2+3						(378.067,56)	
Operações com detentores de capital próprio								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Gratificação de Balanço								
Distribuições - dividendos								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações - aplicação Res. Líquido ano anterior					(128.106,71)		128.106,71	
	5				(128.106,71)		128.106,71	
Posição no Fim do Período 2018	6=1+2+3+5	600.000,00	612.908,25	3.256.672,23	917.586,89		(378.067,56)	5.009.099,81

O Contabilista Certificado



A Administração

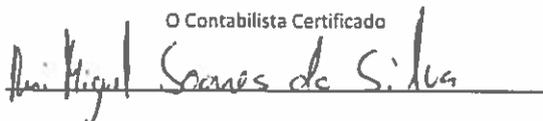


**Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
em 31 de Dezembro de 2018**

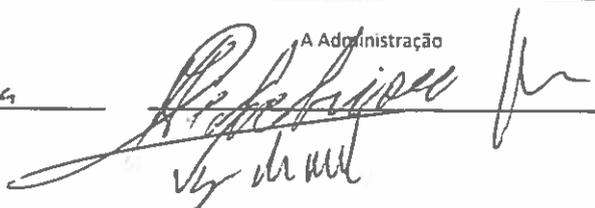
(Valores expressos em euros)

	2018	2017
Actividades Operacionais		
Recebimentos de juros e comissões	160.796	871.981
Pagamento de juros e comissões	(713.202)	(799.185)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(2.995.567)	(2.899.688)
Resultados de reavaliação cambial	3.270.558	2.600.029
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(15.491)	301.559
Aplicações e Recursos em instituições de crédito	517.175	(1.179.231)
Outros recebimentos/pagamentos	(1.867.543)	(90.949)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	- 1.643.274,31	- 1.195.482,56
Actividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(66.796)	(98.639)
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
	- 66.795,87	- 98.638,95
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	(66.796)	(98.639)
Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Gratificações de Balanço		
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
	-	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(1.710.070)	(1.294.122)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.223.500	5.517.622
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.513.430	4.223.500
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa	+ 0,00	0,00

O Contabilista Certificado



A Administração



Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados em 31/12/2018

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A REALTRANSFER – Instituição de Pagamento, S.A. é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída em 14 de Dezembro de 2007 e resulta de alteração da denominação social da REALTRANSFER – Agência de Câmbios e Pagamentos, S.A.. Tem como objecto principal o exercício de todas as actividades e operações legalmente autorizadas às instituições de pagamento e a prestação de serviços de transferências de dinheiro de e para o exterior.

Todos os valores apresentados no presente anexo estão expressos em euros, salvo indicação de outra moeda.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

A empresa preparou todas as demonstrações financeiras com base nos livros e registos contabilísticos, os quais são mantidos de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de Dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras, do que o presente anexo é parte integrante, foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, na base da continuidade das operações e em conformidade com os princípios fundamentais de consistência, prudência, especialização dos exercícios, substância sobre a forma e materialidade, de acordo com as normas de contabilidade ajustadas.

2.2 Comparabilidade

Não existem alterações de políticas contabilísticas e critérios valorimétricos que afectem a comparabilidade dos valores apresentados nas demonstrações financeiras


Página 1

2.3 Principais políticas contabilísticas

a)-Activos Tangíveis e Intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com a vida útil prevista no decreto regulamentar 25/2009, actualizado pelo decreto regulamentar nº 4/2016 de 22 de Abril.

b)-Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário são classificados como locações operacionais.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a estes inerentes.

c)-Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de outras operações a regularizar.

d)-Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada exercício, publicadas diariamente pelo BCE e informadas pelo banco de Portugal. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

e)-Impostos

A empresa encontra-se sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) à taxa de 17% aplicável aos primeiros 15 000€ de matéria

colectável e à taxa de 21% ao excedente. De acordo com o art.º 87-A é acrescida a derrama estadual de 3% calculada sobre o lucro tributável que excede 1 500 000,00 €, até 7 500 000,00 €. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama municipal, e tributações autónomas sobre os encargos às taxas previstas no artigo 88º do código do IRC.

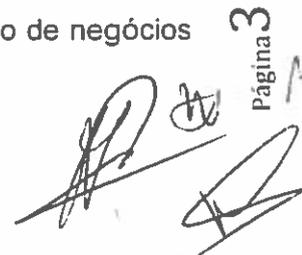
No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Conforme a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

A administração da empresa entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícos iniciados após 1 de janeiro de 2014 e antes de 1 de Janeiro de 2017 podem ser reportados por um período de 12 anos. A dedução dos prejuízos está limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução. Após 1 de Janeiro de 2017 empresas não abrangidas pelo DL nº 372/2007 apenas podem reportar os seus prejuízos fiscais nos 5 anos seguintes. A partir de janeiro de 2017 passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar os prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da empresa, periodicamente revisto e actualizado.



3. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais:

Em 31 de Dezembro esta rubrica tem a seguinte composição

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa em Moeda Nacional	417.321,57 €	459.071,64 €
Caixa em Moeda Estrangeira	189.800,51 €	270.073,30 €
Total de Moeda em Caixa	607.122,08 €	729.144,94 €

Representa o valor detido nas Caixas dos Diversos Balcões.

4. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito:

Em 31 de Dezembro esta rubrica tem a seguinte composição

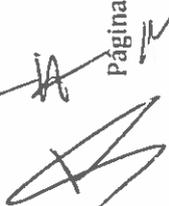
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilidades em Outras Instituições	989.671,87 €	2.358.973,86 €
Total de Disponibilidades	989.671,87€	2.358.973,86 €

5. Outros Activos Financeiros ao Justo Valor:

Em 31 de Dezembro esta rubrica tem a seguinte composição

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outros - FCT	11.712,81 €	13.127,36 €

A empresa detinha 10.980,72 UP's a 31 de Dezembro de 2018 à cotação de 1,06667.



Pagina 4

6. Aplicações em Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos à ordem	21.438,12 €	19.470,22 €
Depósitos a prazo	1.108.700,00 €	1.825.700,00 €
Total de Disponibilidades	1.130.138,12 €	1.845.170,22 €

Depósitos à ordem reflecte o contravalor das contas no Montepio Geral em USD e GBP e na Caixa Geral de Depósitos em USD.

DEPÓSITOS A PRAZO no Montepio Geral

344.15.003338-1	35.200,00 €
344.15.003505-5	30.000,00 €
344.15.003467-8	29.000,00 €
344.15.003586-5	1.000.000,00 €
344.15.003628-5	14.500,00 €
TOTAL	1.108.700,00 €

7. Outros activos tangíveis e activos intangíveis

31 de Dezembro de 2018				
	Saldo em 31-12-2017	Aquisições/ dotações	Abates	Saldo em 31-12-2018
Custo			Total Líquido	
Terrenos e Recursos naturais	-	-		-
Edifícios e outras construções	88.629,92	-		88.629,92
Equipamento básico	51.266,66	-		51.266,66
Equipamento de transporte	60.483,16	-		60.483,16
Equipamento administrativo	21.810,01	-		21.810,01
Outros activos fixos tangíveis	<u>503.809,73</u>	<u>66.796,00</u>		<u>570.605,73</u>
	725.999,48	66.796,00	-	792.795,48
Depreciações acumuladas				
Terrenos e Recursos naturais	-	-		-
Edifícios e outras construções	8.175,60	1.362,60		9.538,20
Equipamento básico	45.447,63	1.773,04		47.220,67
Equipamento de transporte	56.612,32	3.870,84		60.483,16
Equipamento administrativo	18.027,05	1.440,36		19.467,41
Outros activos fixos tangíveis	<u>352.245,57</u>	<u>37.510,52</u>		<u>389.756,09</u>
	480.508,17	45.957,36	-	526.465,53
Valor Líquido	245.491,31	20.838,64	-	266.329,95

31 de Dezembro de 2017				
	Saldo em 31-12-2016	Aquisições/ dotações	Abates	Saldo em 31-12-2017
Custo			Total Líquido	
Terrenos e Recursos naturais	-	-		-
Edifícios e outras construções	88.629,92	-		88.629,92
Equipamento básico	51.266,66	-		51.266,66
Equipamento de transporte	98.734,29	-	- 38.251,13	60.483,16
Equipamento administrativo	21.810,01	-		21.810,01
Outros activos fixos tangíveis	<u>405.170,78</u>	<u>98.638,95</u>		<u>503.809,73</u>
	665.611,66	98.638,95	- 38.251,13	725.999,48
Depreciações acumuladas				
Terrenos e Recursos naturais	-	-		-
Edifícios e outras construções	6.813,00	1.362,60		8.175,60
Equipamento básico	43.674,63	1.773,00		45.447,63
Equipamento de transporte	83.992,65	10.870,80	- 38.251,13	56.612,32
Equipamento administrativo	16.306,85	1.720,20		18.027,05
Outros activos fixos tangíveis	<u>313.346,76</u>	<u>38.898,81</u>		<u>352.245,57</u>
	464.133,89	54.625,41	- 38.251,13	480.508,17
Valor Líquido	201.477,77	44.013,54	-	245.491,31

Os activos intangíveis no montante de 3 547,05€ encontram-se totalmente amortizados.

8. Activos e Passivos por Impostos Sobre o Rendimento

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Activos por impostos correntes	18.091,74 €	16.142,80 €
Passivos por impostos correntes	10.447,78 €	10.931,49 €

9. Activos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica era composto por:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Activos por impostos diferidos		
Por prejuízos fiscais	93.510,48 €	0,00 €
Total	93.510,48 €	0,00 €

10. Outros Activos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outras Disponibilidades	901.555,97 €	1.135.381,32 €
Devedores e outras aplicações	2.232.923,19 €	394.884,02 €
Rendimentos a receber	7.283,29 €	454,82 €
Despesas com encargo diferido	98.742,53 €	89.639,83 €
Juros de depósitos a prazo	2.526,55 €	5.651,83 €
Outras operações a regularizar	79.962,61 €	83.041,72 €
Total de Disponibilidades	3.322.994,14 €	1.709.053,54 €

As Outras Disponibilidades são valores adiantados aos nossos Agentes/Correspondentes para as nossas ordens de pagamento. O saldo mais significativo é com o seu maior agente de envios para o Brasil (NovaCâmbios Portugal).

A rubrica de Devedores Diversos é composta por Aplicações referentes a Cauções Contratuais e Adiantamentos de valores à unidade de serviços partilhados do grupo (Ultra Serviços e à empresa mãe (Ultra SGPS) Este adiantamento de valores representa cerca de 2,1 Milhões de Euros.

Nas Despesas com encargo diferido as rubricas com maior peso são as Rendas e as Cauções das mesmas.

As Outras Operações a Regularizar são compostas maioritariamente por Furtos e Falhas de Caixa que aguardam resolução.

11. Recursos de Outras Instituições de Crédito

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Recursos de Inst. crédito no estrangeiro	489.211,11 €	688.492,84 €

12. Outros Passivos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Credores, outros recursos		
Sector público administrativo	34.130,01 €	34.987,70 €
Credores diversos	580.829,34 €	585.531,01 €
Total parcial	614.959,35 €	620.518,71 €
Outros encargos a pagar		
Gastos com pessoal	158.538,93 €	146.096,06 €
Outros Encargos a Pagar	157.304,21 €	63.897,56 €
Total parcial	315.843,14 €	209.993,62€
Total	930.802,49 €	830.512,33 €

O Sector público administrativo respeita a retenções na fonte de IRS, imposto do selo, imposto s/rendas e descontos para a segurança social a pagar em Janeiro 2019.

- A rubrica dos credores diversos representa:

Fornecedores diversos	46.507,48 €
Valores a liquidar	529.404,43 €
Credores em suspenso	<u>4 917,43 €</u>
Total	580.826,34 €

Os Valores a Liquidar são ordens de Pagamento que ainda não foram reclamadas pelos Beneficiários.

Os credores em suspenso referem-se a valores depositados por clientes em conta na CGD e que se aguarda informação para processamento.

A rúbrica dos Gastos com pessoal refere-se à responsabilidade da empresa à data de 31 de Dezembro relativa ao encargo com férias e subsídio de férias.

Os Outros Encargos a pagar são comissões relativas ao negócio Core e Acréscimos de Custos da empresa que serão pagas em 2019.

13. Capital

O capital social da Realtransfer, SA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 600.000 acções nominativas, com o valor nominal unitário de 1 euro cada.

As pessoas colectivas com mais de 20% do capital, subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2018, eram as seguintes:

	% Capital	Valor
Ultra SGPS, S.A.	91.67%	550 000,00€

14. Outras reservas e resultados transitados

	2018	2017
Reserva legal	612 908,25 €	612 908,25 €
Outras reservas	3 256 672,23 €	3 256 672,23 €
Resultados transitados	917.586,89 €	1.045.693,60 €
Total	4.787.167,37 €	4.915.274,08 €

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual é destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Em 31 de Dezembro de 2018 a reserva legal está totalmente constituída nos termos da lei.

Em 31 de Dezembro de 2018 o valor de outras reservas corresponde a reservas livres e estatutárias.

Por decisão da Assembleia Geral de 23 de Maio de 2018, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, tendo sido deliberado que o resultado líquido negativo no montante de 128 106,71 fosse transferido para Resultados Transitados.

15. Margem financeira:

	2018	2017
Juros e rendimentos similares		
Juros de depósitos	7.318,53 €	8.009,87 €
Juros e encargos similares		
Juros de descobertos	64,45 €	1,66 €
Total	7.254,08 €	8.008,21 €

16. Rendimentos de serviços e comissões

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços de Transferências	142.803,80 €	805.431,06 €
Outros Serviços	14.376,75 €	10.235,32 €
Total	157.180,55 €	815.666,38 €
Encargos com serviços e comissões		
Serviços bancários prestados por terceiros	96.746,34 €	111.656,45 €
Por serviços de Transferências	616.390,72 €	713.147,41 €
Total	713.137,06 €	824.803,86 €

17. Resultados de reavaliação cambial:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ganhos em diferenças cambiais	3.334.383,73 €	2.657.275,64 €
Perdas em diferenças cambiais	63.825,46 €	57.246,50 €
Reavaliação cambial	3.270.558,27 €	2.600.029,14 €

Os resultados de reavaliação cambial resultam da reavaliação diária das contas de moeda estrangeira e é calculada com base no fixing editado pelo Banco de Portugal.

18. Outros Resultados de Exploração

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outros proveitos de exploração		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	0,00 €	3,65 €
Outros custos de exploração		
Impostos e taxas	5.540,07 €	19.499,60 €
Outros encargos e gastos operacionais	17.028,79 €	10.930,18 €
Soma	22.568,86 €	30.429,78 €
Outros resultados líquidos de exploração	-22.568,86 €	- 30.426,13 €

19. Custos com o Pessoal

A rubrica de "custos com o pessoal" tem o seguinte detalhe:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	86.476,00 €	94.228,07 €
Remunerações de empregados	1.027.628,29 €	995.561,65 €
Encargos sociais obrigatórios	255.579,27 €	260.768,61 €
Outros custos com pessoal	540.496,34 €	189.978,54 €
Total	1.910.179,90 €	1.540.536,87 €

O número médio de funcionários ao serviço da empresa neste exercício foi de 73; Em 2017 eram 76.

No final deste ano o número total de funcionários era de 76.

Os encargos sociais obrigatórios compreendem os custos com os descontos para o regime geral de segurança social; Fundo de Compensação e Encargos com Higiene e Segurança.

Os outros custos com pessoal traduzem os custos com cursos de formação profissional, transferência de pessoal, indemnizações contratuais e seguros.

Existe um complemento de reforma que é gerido pela Futuro (grupo Montepio) e respeita à contribuição da empresa de 1% mensal, sobre o vencimento dos funcionários. No ano de 2018 não houve custos com este complemento devido à utilização de uma reserva de valores de funcionários que saíram do grupo.

20. Gastos Gerais Administrativos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	39.444,15 €	35.966,50 €
Material de consumo corrente	23.359,32 €	18.821,56 €
Material de Higiene e Limpeza	504,77 €	1.924,52 €
Outros fornecimentos de terceiros	16.701,46 €	6.082,98 €
Total com fornecimentos	80.009,70 €	62.795,56 €
Com serviços		
Rendas e alugueres	470.827,83 €	422.860,52 €
Comunicações	42.526,21 €	59.806,63 €
Deslocações, estadias e despesas de representação	80.842,50 €	81.198,25 €
Publicidade	99.011,10 €	106.955,86 €
Conservação e reparação	17.341,57 €	33.270,91 €
Formação	460,01 €	1.707,75 €
Seguros	17.883,17 €	16.018,37 €
Outros serviços de terceiros:	10.384,91 €	7.088,84 €
Subtotal com serviços (1)	739.277,30 €	728.907,13 €

Serviços especializados:		
Avenças e honorários	265.649,74 €	287.244,02 €
Outros serviços especializados	116.732,42 €	89.338,27 €
Total Serviços especializados (2)	382.382,16 €	376.582,29 €
Total com Serviços (1+2)	1.121.659,46 €	1.105.489,42 €
Total Fornecimentos e Serviços	1.201.669,16 €	1.168.284,98 €

Os Gastos com os Serviços especializados resumem-se a três grandes categorias:

- Manutenção da rede de 26 balcões, onde o custo com maior relevância são as rendas.

- Desenvolvimento do corredor para o Brasil, com custos com Publicidade, Deslocações e algumas avenças.

- Manutenção do sistema informático e desenvolvimento de um novo sistema, com grande importância nos outros serviços especializados e algum peso nas avenças e honorários

21. Amortizações do exercício

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Amortizações do exercício (Nota 7)	45.957,23 €	54.625,41 €

22. Imparidades de outros activos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Perdas por imparidades	0,00 €	-78.439,44 €

23. Imposto do exercício

O imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é o seguinte:

	2018	2017
IRC do exercício	13.058,73 €	11.572,63 €
Pagamentos por conta	2.610,95 €	641,14 €
Imposto Diferido	93.510,48 €	
IRC a pagar/recuperar	-83.062,70 €	10.931,49 €

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado no exercício de 2018 e 2017 é demonstrada da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado antes imposto	-458.519,31€	-116.534,08 €
Taxa de imposto		
Imposto		
Derrama		
Varição patrimonial negativa		
Gastos não dedutíveis (temporários)	15.168,29€	270,00 €
Gastos não dedutíveis (permanentes)		
Quotizações a favor de associações empresariais	1.937,00 €	
Tributação autónoma	13.058,73 €	11.572,63 €
Imposto s/rendimento corrente	13.058,73 €	11.572,63 €
Imposto s/rendimento diferido	93.510,48 €	
IRC efectivo	80.451,75 €	

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto sobre o rendimento do exercício resulta da legislação em vigor.

25. Partes Relacionadas

Movimentos efectuados entre empresas do Grupo - 2018

Empresa	Saldo 31-12-2017	Movimentos	Custos	Proveitos	Saldo 31-12-2018
RT Namíbia	-776,99	435.740,68			37.215,81
RT Angola	-1.344,53	676.972,59		33.652,46	381.234,20
NC Portugal	371.352,11	134.297.911,12	329.174,17		503.762,63
NC Angola	-46.126,47	92.258,34			46.131,87
Ultra SGPS	224.694,00	1.298.560,65	18.254,65		1.505.000,00
Ultra Serviços	63.842,53	1.020.557,22	516.103,15		568.296,60
Ultra Viagens	21.228,61	56.824,69	37.008,43		1.412,35
Casa Campião	14.261,14		15.045,55		32.423,84

Os movimentos efectuados traduzem o somatório das operações com cada uma das empresas, a natureza dos movimentos e os saldos em 31 de Dezembro.

26. Risco cambial

A Realtransfer assume exposição em risco cambial derivado da flutuação das taxas de câmbio dos seus activos e passivos.

O quadro seguinte apresenta os activos e passivos categorizados por tipo de moeda em que a empresa estava exposta a risco de taxa de câmbio, e representam os valores de activos e passivos convertidos à taxa de câmbio na data de balanço.

	MOEDA	DIVISAS	TOTAL	FIXING	TOTAL EM €
AED	435,00		435,00	0,23968	104,26
ARS	7.200,00		7.200,00	0,02315	166,71
AUD	12.530,00		12.530,00	0,61652	7.725,03
BGN	1.679,00		1.679,00	0,51130	858,47
BRL	48.875,00	2.604.106,00	2.652.981,00	0,22502	596.980,42
CAD	4.505,00		4.505,00	0,64082	2.886,90
CHF	11.220,00	1.166,61	12.386,61	0,88739	10.991,76
CLP	510.000,00		510.000,00	0,00131	668,60
CNY	10.367,00		10.367,00	0,12698	1.316,43
COP	1.867.000,00		1.867.000,00	0,00027	508,29
CUC		3.003,50	3.003,50	0,88176	2.648,36
CVE	42.000,00		42.000,00	0,00907	380,90
CZK	6.800,00		6.800,00	0,03887	264,34
DKK	5.000,00		5.000,00	0,13392	669,59
EGP	690,00		690,00	0,04915	33,92
GBP	36.950,00	12.517,05	49.467,05	1,11791	55.299,49
HKD	200,00		200,00	0,11151	22,30
HRK	610,00		610,00	0,13491	82,29
HUF	114.500,00		114.500,00	0,00312	356,72
IDR	80.000,00		80.000,00	0,00006	4,85
ILS	450,00		450,00	0,23271	104,72
ISK	85.500,00		85.500,00	0,00751	641,89
JPY	110.000,00		110.000,00	0,00795	874,06
KRW	183.000,00		183.000,00	0,00078	143,20
KWD	406,50		406,50	2,89318	1.176,08
MAD	20.910,00	- 8.342,00	12.568,00	0,09251	1.162,67
MOP	2.190,00		2.190,00	0,10956	239,94
MXN	33.720,00		33.720,00	0,04446	1.499,19
MYR	7.750,00		7.750,00	0,21134	1.637,89
MZN	70.370,00		70.370,00	0,01444	1.016,32
NIP	460,00		460,00	1,10775	509,57
NOK	14.000,00		14.000,00	0,10052	1.407,28
NZD	150,00		150,00	0,58630	87,95
PEN	670,00		670,00	0,26027	174,38
PHP	14.330,00		14.330,00	0,01664	238,38
PLN	8.130,00		8.130,00	0,23248	1.890,08
QAR	24.663,00		24.663,00	0,24177	5.962,86
RON	3.145,00		3.145,00	0,21443	674,39
RUB	101.550,00		101.550,00	0,01254	1.273,91
SAR	2.376,00		2.376,00	0,23465	557,54
SCP	860,00		860,00	1,10775	952,67
SEK	12.230,00		12.230,00	0,09752	1.192,61
SGD	2.757,00		2.757,00	0,64140	1.768,33
THB	3.240,00		3.240,00	0,02699	87,44
TND	370,00		370,00	0,29928	110,73
TRY	5,00		5,00	0,16505	0,83
USD	92.786,00	56.476,23	149.262,23	0,87336	130.360,03
XAF	237.500,00		237.500,00	0,00152	362,07
ZAR	64.810,00	1.532,30	66.342,30	0,06076	4.030,66
TOTAL	3.551.664,06	1.675.447,46	5.227.111,52		842.107,27

27. Contingências

A Realtransfer tem os seguintes passivos contingentes:

Garantias prestadas nos montantes descritos, para cumprimento das rendas:

DATA	BANCO	VALOR DA GARANTIA BANCÁRIA	DESCRIÇÃO	DURAÇÃO
07-03-2013	MOG - 344.43.000061-4	29.908,04 €	LOURES SHOPPING	1 ANO RENOVÁVEL
24-07-2014	MOG - 344.43.000081-2	35.136,18 €	VIA CATARINA	7 ANOS
17-12-2014	MOG - 344.43.000089-5	28.643,69 €	ALGARVE SHOPPING	7 ANOS
30-01-2016	MOG - 344.43.000091-1	20.244,81 €	RIO SUL SHOPPING	7 ANOS
13-10-2016	MOG - 344.43.000099-4	9.446,40 €	JUMBO SINTRA	6 ANOS
28-12-2016	MOG - 344.43.000104-2	18.981,26 €	GAIA SHOPPING	7 ANOS
10-08-2017	MOG - 344.43.000127-3	14.313,73 €	FORUM MONTIJO	7 ANOS
TOTAL		156.674,11 €		

28. Informações exigidas por lei

Dando cumprimento ao estipulado no decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a administração informa que a situação da empresa perante a segurança social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do código das sociedades comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do artigo 66º do código das sociedades comerciais.

29. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Até a conclusão deste anexo o Processo de MBO não teve qualquer desenvolvimento significativo para a RealTransfer nem para o Grupo Ultra.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do código das sociedades comerciais.



30. Factos Relevantes

No final do ano 2018 a Realtransfer possuía 26 agências.

Não existem compensações entre saldos devedores e credores.

O Banco de Portugal procedeu ao averbamento da data de início de actividade da Realtransfer como Instituição de Pagamento em 04/07/2011, de harmonia com a sua comunicação refª 3778/11/DSPRE-proc. Nº 478/11 de 17/11/2011.

Iniciado em 2018, existe um processo de MBO ao Grupo Ultra por parte de gerentes da unidade de serviços partilhado, a Ultra Serviços. A 23 de Novembro de 2018 o Grupo Ultra cedeu parte da unidade de serviços partilhados para que esta sirva de veículo para o processo de MBO.

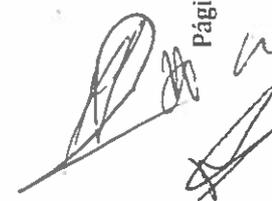
A Realtransfer mantém a utilização do software denominado "Trader" propriedade da empresa Codeware – Consultoria, Desenvolvimento e Software, S.A. que serve de base à gestão e contabilização da sua actividade.

Todos os movimentos de gestão (registo de compras/vendas de moeda, de pagamentos/recebimentos de remessas, e registo de transferências) é registada no Trader sendo que, aquando do registo das operações, automaticamente serão calculados lotes, valias, comissões, impostos, possibilitando o acompanhamento diário da gestão.

O Trader permite o controlo de saldos: de caixa, de caixa/tesouraria, das contas bancárias, dos correspondentes, dos valores a liquidar, das valias e demais contas.

Permite ainda segregar a informação por caixa, por balcão, visualizar tudo ou parte, dependendo do "perfil" que a gestão defina para cada utilizador, limitando o risco em que se incorre.

No final do dia, em cada balcão, um utilizador com "formação" adequada é responsável pela conferência e fecho das respectivas caixas no balcão, bem como a mudança de data do sistema, evitando deste modo quaisquer alterações dos valores.

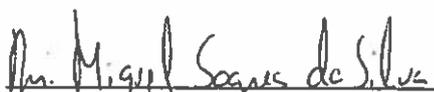


Toda a actividade em termos operativos tem reflexo contabilístico, por intermédio de parametrizações contabilísticas efectuadas para o efeito durante o desenvolvimento do projecto.

A Codeware assegura anualmente actualizações/melhoramentos do software Trader, (duas actualizações neste ano), permitindo uma evolução permanente quer do sistema quer dos conteúdos.

Lisboa, 03 de Maio de 2019

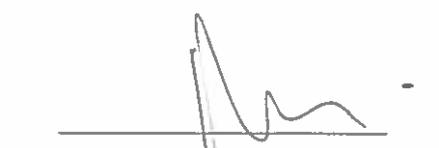
O Responsável pela Contabilidade


Rui Miguel Soares da Silva

CC nº 91456

A Administração:


António Maria Belchior


Pedro Alexandre de Mascarenhas Santos


Vasco Linhares de Mello

NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC e com o nº 20161444 na CMVM
NIPC 503 302 368

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2018 (que evidencia um total de 6 439 571 euros e um total de capital próprio de 5 009 100 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 378 068 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.** em 31 de Dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (IFRS).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

Conforme referido no Relatório de Gestão e nas notas 10 e 25 do Anexo, a empresa tem mostrado no seu activo o montante de 2,1 milhões de Euros relacionados com Adiantamentos de valores efectuados à Ultra SGPS, SA (1 505 000 Euros - sociedade detentora de 91,67% do capital da Realtransfer) e à Ultra Serviços – Consultoria e Serviços,

Lda (599 529 Euros). O valor total destes adiantamentos representa cerca de 33% do Total do Activo (no exercício anterior valores devidos pelas mesmas entidades representavam 4,5%).

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia (IFRS);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas

circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

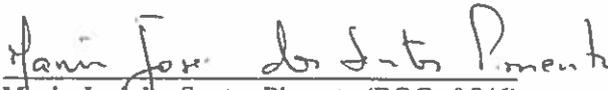
Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

6 de Maio de 2019

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC

Representada por:


Maria José dos Santos Pimenta (ROC n.º 846)

NEVES DA SILVA E MARIA J. PIMENTA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Inscrita com o nº 126 na LROC e com o nº 20161444 na CMVM
NIPC 503 302 368

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas de
de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.**

De acordo com as disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Aplicação de Resultados apresentados pela Administração de **REALTRANSFER – Instituição de Pagamentos, S.A.**, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

1. No desempenho das nossas funções, acompanhámos a actividade da empresa através de informações prestadas pela Administração e pelos serviços da empresa e da análise dos registos e da documentação relevante.
2. O Relatório de Gestão descreve de forma adequada a actividade desenvolvida pela empresa em 2018 e a sua situação económica e financeira, bem como as perspectivas de evolução para o ano 2019.
3. Não tomámos conhecimento de quaisquer violações à Lei ou aos Estatutos.
4. Face ao exposto, somos do parecer que:
 - a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Administração da empresa;
 - b) Seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados constante dos mencionados documentos.

Lisboa, 6 de Maio de 2019

Neves da Silva e Maria J. Pimenta, SROC

Representada por:


Maria José dos Santos Pimenta (ROC nº 846)